

Prefeitura destaca ações emergenciais em audiência pública sobre a seca que atinge Vitória da Conquista e região

FOTO: DIVULGAÇÃO



Pgs.. 08 a 13

Pg. 16

Inmet aumenta grau de severidade para a umidade do ar

Pgs. 14 e 15

Direitos humanos é para todos e deve proteger mais vulneráveis

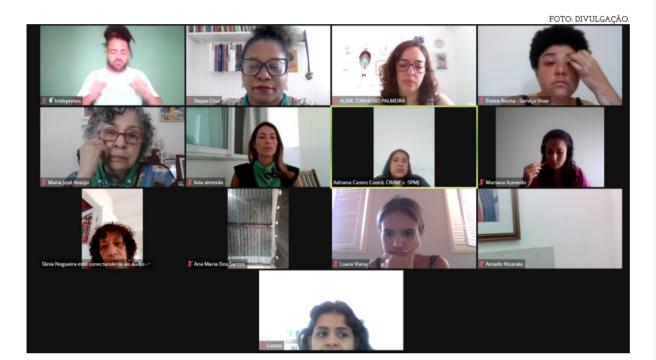
Prefeitura de belo Campo cancela a IV Exposição Agropecuária e os festejos em comemoração aos 62 anos de emancipação política do município

Pg. 20

JS.SAÚDE

Salvador é responsável por 75% dos abortos legais realizados no estado

O dado foi apresentado durante o III Seminário Sobre Aborto, que enfatiza a necessidade de fortalecimento e ampliação da rede disponível no estado.



ASCOM DPE/BA

ascom@defensoria.ba.def.br

cidade de Salvador é responsável por 75% dos abortos legais feitos na Bahia. Dos 329 procedimentos realizados entre janeiro de 2022 e outubro de 2023, 249 aconteceram na capital. Obtido através do Sistema de Informações Hospitalares, o dado foi apresentado, nesta quinta-feira (14), durante o III Seminário sobre Aborto Legal. O evento, que acontece de forma virtual, foi construído pela Defensoria Pública da Bahia (DPE/BA) junto com o Fórum Estadual Sobre Aborto, do qual a instituição também faz parte.

Ainda segundo o levantamento, somente o Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA) é responsável por 113 dos procedimentos realizados. Em segundo lugar, com 39 atendimentos da mesma natureza, estão o Hospital Estadual da Mulher e a Maternidade Climério de Oliveira. Todos situados na capital, em que vive 19% da população baiana. Na Bahia, 13 unidades de saúde estão habilitadas para realização do aborto legal, nove na Região Metropolina de Salvador.

"Estamos falando de um descompasso que aponta para uma dificuldade de acesso das pessoas do interior, bem como da necessidade de interiorizar os serviços, prensar em fluxos de atendimento e de informações", avalia Marina Jacobs, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina, que apresentou o estudo durante o seminário. Segundo ela, o filtro foi feito pelo código principal de aborto legal por razões médicas, que é CID 10 – 004.

Apesar do número restrito de unidades cadastradas, o direito ao aborto legal não se restringe aos serviços de saúde de referência. "Independente de estar cadastrados na rede, todos os serviços de saúde devem fazer o

Expediente





Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

jornalismo@jornaldosudoeste.com

WhatsAAp: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com Telefone: (77) 3441-7081 -99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

Distribuição das Unidades de Aborto

JS.SAÚDE

aborto. Está na lei", esclarece a coordenadora de Direitos Humanos e do Núcleo de Defesa das Mulheres da DPE/BA, Lívia Almeida. "Se não estão fazendo, busquem a Defensoria, que vamos dialogar com a SESAB para entender porque isso está acontecendo", acrescenta.

Uniformidade dos dados

Além de demonstrar a importância da expansão do serviço, o levantamento apresentado por Marina mostra que os(as) profissionais de saúde necessitam de capacitação para unificar os registros. De acordo com os números obtidos no levantamento, o Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães não realizou nenhum procedimento no período pesquisado. Segundo Micaeli Assis, coordenadora de Enfermagem do Centro Obstétrico da unidade, o problema se deu por um erro no cadastramento.

"Nós atendemos Porto Seguro e mais sete municípios da região. Temos o registro desses atendimentos em relatório, mas por divergência no uso do código para registro no Sistema de Informações Hospitalares, esses dados não foram computados no levantamento", explica a enfermeira obstétrica.

Seminário Aborto Legal

O III Seminário foi construído pela DPE/BA junto com o Fórum Estadual Sobre Aborto, do qual a instituição também faz parte. A programação, que se estende até amanhã, reúne pesquisadores(as), profissionais de saúde, ativistas e representantes de unidades hospitalares habilitadas para fazer aborto no estado. As discussões giram em torno de estratégias para interiorização do serviço, acolhimento imediato a pessoas em situação de violência sexual e compartilhamento de experiências bem sucedidas.

"Sabemos que ainda há muito a avançar, é preciso trazer mais informação para a sociedade, nos articular e nos apoiar, mas dois anos após termos iniciado esse trabalho relacionado ao aborto é notável o avanço que tivemos", avalia a coordenadora de Direitos Humanos e Núcleo de Defesa das Mulheres, Lívia Almeida. Segundo ela, isso se deve ao compromisso das pessoas e instituições envolvidas no processo.

Desde 2021, através de articulações realizadas pela DPE/BA, o número de hospitais habilitados para fazer o aborto legal no estado saltou de cinco para 13 unidades. O aumento no número também garantiu uma maior capilaridade do serviço, que antes se restringia a Salvador e Feira de Santana. Atualmente, também abrange Camaçari, Ribeiro do Pombal, Vitória da Conquista e Porto Seguro.



Câmara realiza audiência pública para discutir a seca na região

FOTOS: DIVULGAÇÃO



ASCOM / CMVC camaravc.ba.gov.br

Foi realizada na manhã desta quinta-feira,14, no Plenário Carmen Lúcia, uma audiência pública que discutiu o enfrentamento da Seca na região. A iniciativa foi do presidente da casa, o vereador Herminio Oliveira (PODE) e contou com a participação de representantes dos governos municipal e estadual, além de pessoas ligadas a diversos órgãos que direta ou indiretamente podem ajudar na solução do problema. O principal foco da audiência foi a discussão aprofundada sobre estratégias e medidas eficazes para o enfrentamento da seca, um desafio constante que tem impactado significativamente a paisagem e a qualidade de vida de milhares de pessoas na região.

O vereador Herminio Oliveira, abriu a a audiência agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância da discussão para melhoria de condições de vida da população.





Cenário Desolador - O Diretor executivo da Coopmac Antônio Cesar Nery — Disse que em 45 anos de atuação em Vitória da Conquista, nunca viu uma situação tão dramática da seca como a deste ano, com uma estiagem muito prolongada, e que 2023 com certeza apresentou a pior crise, citou as regiões de Barra do Choça e Encruzilhada como os piores resultados para a cafeicultura desde 1984. "Nunca ocorreu, nesses quase 40 anos, uma situação tão complicada, em nome da COOPMAC posso dizer que existem vários microclimas que a depender da situação pode gerar uma queda de 70 a 80% na produção, comprometendo totalmente a renda do produtor.

Segundo César, não existe um levantamento preciso mais estima-se que 30% da produção do Café esteja comprometida e da agropecuária a situação está ainda pior. Citou também a questão do Rio Pardo, e disse ser necessário encarar com uma visão mais comprometida e se unir para cobrar providencias mais efetivas. Ele acredita que ninguém foi pego de surpresa, era algo previsto, porém não foram tomadas as devidas medidas preventivas "evidente que há a questão do aquecimento no mundo inteiro, isso vai piorar, mas enquanto técnico digo que o clima não podemos mudar, mas podemos amenizar se fizermos a coisa certa, a comunidade unida como um todo e amparada com o legislativo" disse, ressaltando o comprometimento da COOPMAC com a comunidade de Vitória da Conquista.

Quem mais sofre é o pequeno produtor - Júnior Figueiredo, presidente do sindicato dos pequenos produtores rurais, lembrou que é preciso a realização de políticas públicas que funcione de forma eficaz. "Esse é um assunto sério e precisa ser tratado com mais cuidado e seriedade", falou. Ele lembrou das fortes chuvas ocorridas nos últimos anos (20221-2022) e contou que "muita água foi embora nessas chuvas por falta de armazenamento". Ressaltou ainda que a seca deste ano já era prevista e nada foi feito em benefício do pequeno produtor. Cobrou atuação em conjunta de todos os setores como prefeitura, governo e bancos, pedindo mais linhas de crédito para os agricultores familiares, bem como prorrogação de prazos.





Medidas do Governo Estadual Contra a Seca - Antônio Gomes Silva Neto, gerente regional da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), ressaltou que o Governo do Estado, através da secretaria de Desenvolvimento Rural, tem buscado medidas e ações para amenizar os impactos causados pela seca, e da importância de ter gestores sensíveis a luta do povo sertanejo. Informou que em visita a cidade de Vitória da Conquista o Governador Jerônimo Rodrigues anunciou medidas que impactam positivamente a situação da seca na zona rural de Vitoria da Conquista, a exemplo da autorização de recursos para a limpeza de 500 aguadas na zona rural do município. "Sabe-se que não é suficiente, mas unidas com nos outros órgãos é possível amenizar", falou. Ele também citou a criação da Central de Águas e a importância de acreditar e

seguir o que diz a ciência. Neto, disse ainda, que a comunidade conquistense precisa ter consciência do que acontece no mundo inteiro pois não estamos isolados. Relembrou a visita do ministro Paulo Teixeira, onde foi assinado um acordo de cooperação técnica que irá fornecer insumos para agricultura familiar regional, que são ações emergenciais para superação da seca e da fome. "A seca é um desafio e uma oportunidade, por que proporciona o encontro de órgãos e autoridades para buscar soluções inovadoras, solidariedade com os vizinhos e com essas mulheres com a lata na cabeça", disse, fazendo referência a mulher sertaneja que por muitas vezes buscam água na cabeça para suprir as necessidades hídricas da família.

Linhas de crédito para os pequenos produtores

- Fabiano Pereira, representando o Bando do Nordeste do Brasil, ressaltou a importância da discussão e lembrou que todo ano existe a seca e em alguns períodos a estiagem é maior e por isso é preciso preparar os produtores. Relatou as linhas de crédito para atender todo tipo de produtor, desde o grande até os pequenos produtores e a agricultura familiar e contou como funcionam essas linhas e propostas de prorrogação de crédito para os produtores.







Citou também a necessidade de um decreto de calamidade pública em toda a região, "sindicato rural de Guanambi divulgou 10 mil animais mortos, a ADAB divulgou 157 municípios que já decretaram estado de emergência, com a perda de animais...estas forças precisam mudar isso, e como mudar?, temos uma barragem 1 e 2, uma barragem do Rio Catolé que esta falida, Barragem de Anagé, do apertado e tantas outras, e a do Rio Pardo poderia solucionar a questão do abastecimento, é hora de mudar a chave dessa região e vocês podem fazer isso", finalizou.



Contrato com o município - Gilmar Costa, gerente interino da Embasa, relatou algumas ações da empresa na cidade, principalmente na zona rural e lembrou que cumpre normas e tem limitações. Disse que entregou, por escrito, todas as ações realizadas pela Embasa, destacando dois: "No ano de 2020, foi assinado um contrato de programa com o município, que consta atendimento nos distritos de Inhobim, Cabeceira da Jiboia e Cercadinho e já está em andamento para ser entregue em abril de 2024", o outro programa destacado por ele foi o fornecimento de mais de 13 milhões de m³ de água para o município. Finalizou dizendo que a cidade está entre os 20 do país na questão de saneamento básico.

O uso da seca para fabricar votos - Patrick Almeida reivindicou metodologias para organizar o trabalho do homem do campo. "Se não organizarmos nosso trabalho, não avançaremos", declarou. Ele lamentou a utilização cínica da seca por parte de alguns políticos, que buscam ganhos eleitorais à custa do sofrimento das comunidades locais. "A população precisa está atenta a essas estratégias manipuladoras e precisamos exigir compromissos reais e efetivos por parte dos líderes políticos. Apenas caminhar na zona rural não é fazer política", afirmou Patrick, denunciando políticos e candidatos que iniciaram ações assistencialistas em troca de votos. "Já começaram a fazer piseiro, patrocinando cavalgadas e outros eventos", pontuou.



Um Chamado à Ação Prática - Valter Félix, representante da Associação de Irrigantes de Barra do Choça, enfatizou a necessidade de avanços concretos em seu discurso. Em meio a discursos que considera vazios, ele ressaltou que "a região enfrenta 10 anos de atraso em relação a um desafio que já perdura por 12 anos de seca". Para ele, a audiência pública não deve se transformar em uma mera sessão política ou palanque. A urgência, segundo Félix, é transformar palavras em ações imediatas. Ele destacou a mudança climática como um fator determinante, afirmando que a produção é inviável sem água. Seu chamado é claro: é hora de agir, de forma prática e efetiva, para enfrentar as adversidades climáticas e garantir a sustentabilidade da produção na região.



Desafios na Busca por Recursos Hídricos - Carla da Associação do Assentamento Cipó (Região do Chapadão), falou sobre o atendimento as demandas da sua comunidade, "temos muitas criticas, mas temos muito que agradecer a subprefeitura de Inhobim, a Joana Darc, ao Secretário de Agricultura Breno, que nos dão atenção quando fazemos as nossas solicitações, por isso temos que agradecer" disse. Relatou que a associação já proto-

colou solicitações à CAR e a CERB, para abertura de poços e aguadas, e que nunca obtiveram respostas, e que

essas ações poderiam amenizar a situação da seca.

União em Defesa Contra a Seca - Rosângela Freitas, coordenadora municipal da defesa civil disse que estava representando 28 município baianos e ressaltou o trabalho de enfrentamento a seca realizado diariamente pela prefeitura Municipal. Lembrou que essa situação não é exclusiva do município de Vitória da Conquista, mas de vários municípios brasileiros. Convidou a vereadora Márcia Viviane(PT), a se retratar perante os ataques que a parlamentar tem feito a defesa civil e fez um breve resumo das ações que o município tem realizado na zona rural juntamente com a coordenação de abastecimento, entre elas, o abastecimento por meio de carros-pipa, que se intensificou depois que os carros do exército brasileiro foram retirados pelo governo federal. Ela contou ainda



que por diversas vezes a Prefeita Sheila Lemos se dirigiu a Brasília para que o problema fosse solucionado e o governo federal voltasse a atender Vitória da Conquista. Finalizou solicitando a leitura de uma carta aberta contendo dados das ações realizadas.



A prefeitura vem fazendo muito pela população - Breno Pereira, secretário de desenvolvimento rural, falou sobre ações que vem sendo realizadas em prol dos pequenos produtores rurais e pediu a embasa que solucione o problema de algumas localidades e a liberação para retirada de água de pontos na zona rural. Falou também sobre a redução dos carros pipas por parte do governo federal e pediu mais poços artesianos para o governo do estado. "Foi feita semana passada a feira da agricultura familiar e gostaria de pedir doações de retroescavadeiras para a prefeitura, por parte do governo", pediu. Ele contou ainda que mais 200 aguadas foram feitas esse ano na zona rural e ainda serão feitas mais. "A prefeitura aumentou em 80% a capacidade de entrega de água por carros pipas. Ainda

é pouco mas temos poucos carros porque o exército cortou. Instalamos 22 chafarizes e ainda iremos colocar mais ano que vem", contou.



Prefeitura destaca ações emergenciais em audiência pública sobre a seca que atinge Vitória da Conquista e região

ASCOM / PMVC
www.pmvc.ba.gov.br

esta quinta-feira (14), a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SMDE) e da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec), participou de uma audiência pública na Câmara Municipal para discutir a seca que assola o município há quase um ano e as medidas de convivência nesse período de estiagem que está afetando diretamente a população do campo. Estiveram presentes vereadores, representantes dos governos municipal e estadual, de cooperativas e associações, além de moradores da zona rural.

O secretário municipal de Desenvolvimento Rural, Breno Farias, destacou as ações que o Governo Municipal realiza com o objetivo de minimizar os impactos causados pela estiagem. Segundo ele, é necessário que todos os entes se unam para enfrentar a seca. Para isso, a SMDR solicitou à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) um balcão para a venda de milho subsidiado para o produtor rural.



Breno destacou ainda o aumento no abastecimento de água para a população rural, ações de limpeza nos pequenos barramentos, aguadas e lagoas, que estão, em sua maioria, praticamente secas para represar a águas das chuvas quando elas chegarem, e disse que a SMDR já formalizou pedido de ajuda aos órgãos estaduais e federais para garantir a sobrevivência dos produtores rurais e do rebanho neste momento de calamidade provocado pelos longa estiagem.



O secretário também solicitou à Embasa, o atendimento direto às populações de Cabeceira do Jiboia e Inhobim, com a extensão de rede de água, o que beneficiará cerca de 10 mil pessoas. O gestor também pediu a disponibilização de pontos para abastecimento dos carros-pipa em locais mais próximos da zona rural, além da abertura de poços artesianos pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb).

"Este ano, a Prefeitura Municipal aumentou a capacidade de abastecimento por meio de carros-pipa, chegando a atingir nove milhões de litros por mês e instalamos 22 chafarizes. No ano que vem, a previsão é de implantar cerca de 60 ou 70", declarou Breno, ao lembrar da abertura de 200 novas aguadas também em 2023.



A coordenadora da Defesa Civil, Rosângela Freitas, lamentou a redução do número de carros-pipa de 37, em 2016, para 17. "Hoje nós temos somente 12 carros e infelizmente uma evasão dos pipeiros, pois os valores disponibilizados para o pagamento são muito baixos", disse. Rosa também ressaltou que a Defesa Civil de Vitória da Conquista e outros 27 municípios da região Sudoeste encaminharam aos Governos do Estado e da União, uma carta aberta pleiteando apoio, mas ainda não foram atendidos.





Hermínio

Para o presidente da Câmara de vereadores, Hermínio Oliveira, a escassez de água é visível no sofrimento dos animais. "Daí, a necessidade de buscar soluções para a construção da Barragem do Rio Pardo, que está parada". Já o vereador Edjaime Rosa (Bibia), que é presidente da Comissão de Agricultura e líder da Bancada de Situação, afirmou ser imprescindível reconhecer que, em tempos difíceis como esses, é quem detém voz que, verdadeiramente, tem o poder de impactar positivamente na situação. Ele referiu-se à busca de recursos, obras, serviços e outras alternativas, pelos políticos, junto aos governos estadual e federal para minimizar os efeitos da seca na região.



Líder do Governo na Câmara, o vereador Luís Carlos Dudé disse que o Governo do Estado precisa agilizar a obra da barragem do Catolé, que está parada, e que a prefeita Sheila Lemos tem buscado apoio e recursos para ajudar o homem do campo a superar os momentos de calamidade, como a seca que assola o município. Destacou que Sheila foi a Brasília e entregou um documento solicitando a construção da barragem do Rio Parto, por entender que essa é uma solução viável para a cidade.

Necessidade de esforços conjuntos



Convidado para participar da audiência, o vice-presidente da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (Coopmac), Antônio César Neri, disse que é preciso encarar esse problema com a seriedade necessária em todos os âmbitos: municipal, estadual, federal e na comunidade, para reivindicar providências efetivas.







Júnior

Para o presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (Car), Antônio Gomes Neto, a seca é um desafio, mas também uma oportunidade para a busca conjunta de solução. Sobre o desafio de conviver com a estiagem, o presidente do Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais, Júnior Figueiredo, declarou: "eu vivo no campo há 49 anos e quero continuar no campo, não quero perder a esperança na agricultura familiar, mas precisamos de ações e de aprofundar o debate com seriedade e emergência".





Wagner Gilman

O representante da Rede Colaborativa de Segurança Rural, Wagner Lopes, sugeriu a formação de uma comissão para buscar soluções, inclusive, para tratar da construção da barragem do Rio Pardo. Já o gerente interino da Unidade Regional da Embasa, Gilmar Costa, lembrou que, em 2020, foi assinado um contrato com o município, constando o atendimento a Cercadinho, Inhobim e Cabeceira. "Esse projeto foi contratado e está em execução. Além disso, também temos no contrato o fornecimento de 1.100 carros-pipa por mês", completou ao mencionar as ações da Embasa.



Já o representante do Banco do Nordeste, Fabiano Pereira, relatou que a audiência foi um momento importante para debater e buscar amenizar o problema da estiagem. "É necessário conscientizar os produtores para se prepararem para esse momento e o Banco do Nordeste tem linhas de crédito para atender os grandes e os pequenos agricultores, com taxas mais baixas, não é uma solução, mas uma ajuda. Com relação as parcelas vencidas entre os anos 2020 e 2022, podem ser promulgadas para o final do contrato", concluiu.





Patrick

Valter

De acordo com o representante da Associação Vale do Muquém, Patrick Almeida, é necessário organizar o trabalho do homem do canpo. "Se não organizarmos nosso trabalho, não avançaremos", disse. Ele também destacou que a população precisa ter cuidado com alguns políticos, que usam a seca para ganhar votos. "A população precisa estar atenta a essas estratégias manipuladoras e precisamos exigir compromissos reais e efetivos por parte dos líderes políticos". Valter Félix, da Associação de Irrigantes de Barra do Choça, enfatizou a necessidade de avanços concretos, para transformar palavras em ações imediatas. Ele destacou a mudança climática como um fator determinante, afirmando que a produção é inviável sem água.



Representando a Associação do Assentamento Cipó, Carla destacou as demandas da sua região, dizendo que fez uma solicitação junto à Cerb, em 2021, mas ainda não obteve respostas. "Eu fui entregar pessoalmente na Cerb, estou aqui com o recebido do documento, então, sim, temos críticas, mas também temos agradecimentos. A gente tem que agradecer muito à Subprefeitura, a Secretaria de Agricultura, à prefeita, que eu tenho certeza que está fazendo o que pode, e, principalmente à Joana, que nunca deixou faltar e sempre correu atrás", disse.

Também usaram a palavra, os vereadores Marcus Vinicius, Nelson de Vivi, Ricardo Babão, Augusto Cândido, Nildo Freitas, Andreson Ribeiro, Lúcia Rocha, Luís Carlos Dudé, Luciano Gomes, Valdemir Dias, Adinilson Pereira, Viviane Sampaio, Edivaldo Ferreira Jr, Chico Estrella e Subtenente Muniz.



DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos é para todos e deve proteger mais vulneráveis

Um terço da população acha que essas garantias beneficiam bandidos

FOTO: FÁBIO RODRIGUES POZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



POR ELIANE GONÇALVES E THIAGO PADOVAN - AGÊNCIA BRASIL https://agenciabrasil.ebc.com.br/

"Direitos humanos para humanos direitos". Esse é o pensamento de um terço da população brasileira que acredita que quem mais se beneficia dos direitos humanos são os bandidos. Cerca de 40% dizem que quem menos se beneficia é o pobre. Os números estão em pesquisa divulgada em 2022 pela ONU Mulheres. As garantias descritas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no entanto, buscam conferir dignidade a todos. A carta de princípios completou 75 anos no último dia 10 de dezembro.

"Alguns dos discursos sobre os direitos humanos vêm de um desconhecimento sobre o que significam esses direitos e como eles estão presentes no dia a dia de todas as pessoas", diz Moema Freire, coordenadora de Governança e Justiça do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Ela acrescenta é que é preciso um olhar especial para grupos vulnerabilizados. "[Que foram] historicamente marginalizados, que têm ainda menos acesso às políticas públicas e precisam de mais proteção do Estado como provedor desses direitos", defende.

Moema destaca que esses direitos dizem respeito a todos os indivíduos, independentemente da condição social e da localização geográfica. "Isso é muito importante ter em mente. Os direitos humanos protegem primeiro um conjunto de direitos dos indivíduos para que eles possam existir como pessoa, com dignidade básica, educação, saúde, mas também uma proteção do Estado", explica a coordenadora.

Ela lembra que a declaração, por outro lado, impõe limites à atuação do Estado para que não haja violações da liberdade das pessoas. "Ao mesmo tempo, garante condição, por exemplo, para que as pessoas possam participar da vida pública, votar, participar nas definições com relação às políticas públicas e ter acesso aos bens culturais, à preservação do meio ambiente", exemplifica.

JS.CIDADANIA

Neidinha Bandeira, ativista da Associação de Defesa dos Direitos Humanos e da Natureza Canindé, reconhece na sua vivência a importância dessas garantias. "O direito humano para mim é o direito à vida e ao território. Isso significa que você tem que ter garantidas saúde, educação, moradia. Seu território protegido. Demarcação das terras indígenas e dos quilombos. Respeito à decisão das pessoas. Respeito à sua religiosidade, à sua espiritualidade. Direitos humanos é garantir às pessoas todos os aspectos da vida."



A ativista Neidinha Bandeira fala sobre os 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Foto TV Brasil

Visão distorcida

Christian Dunker, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), acha que dois aspectos colaboram para essa visão distorcida sobre direitos humanos. Primeiro o que ele chama de patrimonialismo.

"É a ideia de que no Brasil as leis têm dono. As leis pertencem a algo, a alguém, algum sistema de interesse que é responsável por definir a sua aplicação ou não. O escopo de sua aplicação, os regimes de excepcionalidade e que, portanto, a lei, no sentido daquilo que governa o espaço público, é sempre interpretada como um privilégio", argumenta.

O segundo aspecto é uma forte tradição autoritária. "A nossa incapacidade histórica de perceber transformações democráticas e regressões democráticas. Soluços democráticos. A gente teve períodos anteriores, desde a Proclamação da República até a abolição da escravatura, em que os ganhos democráticos são sentidos como benesses senhoriais: alguém que está concedendo, deixando, dando uma certa dignidade para o outro", lembra.

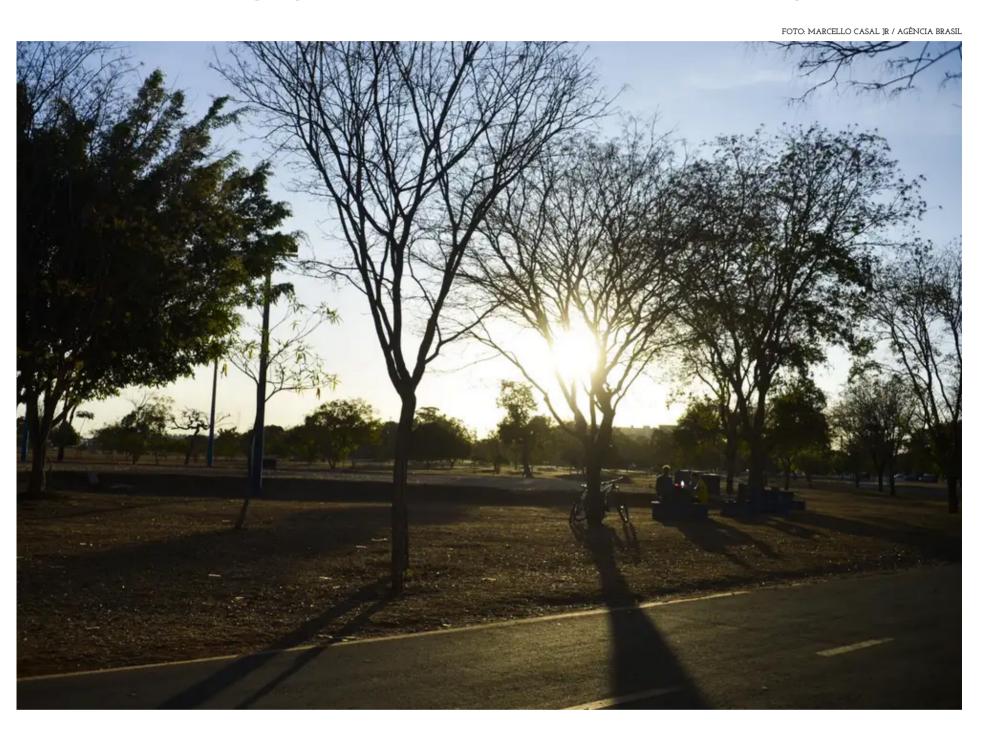
Para o historiador Marcos Tolentino, a saída é a educação. "É importante a gente falar de direitos humanos na escola. Não só para evitar interpretações equivocadas sobre o que essa discussão significa, sobre o que está por trás desse direitos, mas também para a gente entender que nós todos somos beneficiados por termos o guarda-chuva dos direitos humanos reconhecido pelo Estado brasileiro, por termos leis que garantam os nossos direitos."



◆ MEIO AMBIENTE

Inmet aumenta grau de severidade para a umidade do ar

Recomendação para enfrentar baixa umidade é beber bastante líquido



AGÊNCIA BRASIL agenciabrasil.ebc.com.br/

om a nova onda de calor que atinge várias regiões do país, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) divulgou na manhã desta sexta-feira (15) alerta de perigo potencial para perigo o grau de severidade da umidade relativa do ar, nos estados da Bahia, de Minas Gerais, Goiás e no Distrito Federal.

De acordo com o Inmet, desde as 10h às 18h a umidade do ar nessas áreas vai variar entre 20% e 12%.

As regiões mais atingidas são centro, leste, noroeste, sul e norte goiano; norte e noroeste de Minas Gerais, a região do Jequitinhonha, também em Minas; o Distrito Federal; o centro-sul, Vale São-Franciscano e extremo oeste da Bahia.

Cuidados

O Inmet destaca que, com a baixa umidade, aumenta o risco de incêndios florestais, além de problemas para a saúde das pessoas, como o ressecamento da pele, desconforto nos olhos, boca e nariz.

As recomendações para enfrentar a baixa umidade são beber bastante líquido; não fazer atividades físicas não recomendadas; evitar exposição ao sol nas horas mais quentes do dia; usar hidratante para pele e umidificar o ambiente.

O Inmet orienta a buscar outras informações junto à Defesa Civil, no telefone 199, e ao Corpo de Bombeiros, telefone 193.

JS.VARIEDADES

◆ LITERATURA

Livro de estudante da Uesb receberá prêmio na Suíça

FOTO: DIVULGAÇÃO



WELLINGTON NERYwww.uesb.br/

estudante do Curso de Licenciatura em Letras, da Uesb, campus de Jequié, Jessika de Oliveira, foi contemplada pelo 8º Prêmio Talento Helvético-Brasileiro no Salão do Livro de Genebra, na Suíça. O evento acontecerá de 6 a 10 de março de 2024 e terá a autora como convidada.

Jessika teve seu livro "Festa de Aniversário" selecionado para premiação, que acontece todos os anos na Suíça e visa a promoção de autores das línguas portuguesa e francesa. Segundo os organizadores do evento, "a escolha das obras premiadas passa por um estudo minucioso de currículos e obras literárias que são indicadas por bibliotecas e instituições", afirma Jannini Rosa, diretora geral da Helvetia, editora suíço-brasileira e componente do Salão Literário.

A produção inclui contos protagonizados por personagens negras femininas, em diferentes tramas que falam de amor, lutas, lutos, violências, superação, racismo e assédios. "Os temas abordados no livro abordam realidades que não deveriam continuar fazendo aniversários de forma estatística no nosso país, sobretudo atravessando mulheres", afirma Jessika.

A obra literária "Festa de Aniversário" foi lançada em maio de 2023, na Uesb, no campus de Jequié. "O meu processo enquanto estudante da Uesb me levou a diversas oportunidades, incluindo os acessos à pesquisa e aos grupos de estudo que pude fazer parte. Um dos meus contos que dá o nome ao livro foi construído em uma das oficinas do programa de extensão Papo Lírico. Sempre frequentei muito a biblioteca do campus durante a graduação e isso também me deu muitos momentos de inspiração para a escrita", declara a autora.



"Vitória histórica", diz presidente da UPB sobre derrubada do veto da desoneração da folha para os municípios

Projeto de Lei 334/2023 prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 segmentos e será promulgado como lei



CLARA SOLLA - UBP http://www.upb.org.br/

obilizados em Brasília, prefeitos baianos comemoraram na tarde desta quinta-feira (14), em sessão do Congresso Nacional, a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei 334/2023, que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e inclui a redução da alíquota patronal do INSS para os municípios. A medida foi comemorada pelo presidente da UPB, prefeito Quinho de Belo Campo, que acompanhou a sessão em Brasília e avaliou o PL como fundamental para a retomada da capacidade de investimento dos municípios. O texto, que havia sido vetado integralmente, será agora promulgado como lei.

O benefício acabaria em 31 de dezembro de 2023 e será prorrogado até 31 de dezembro de 2027, como previa o Projeto de Lei 334/23. Outro ponto do projeto que virará lei diminui, de 20% para 8%, a alíquota do INSS para municípios com população de cerca de 142 mil habitantes.

"Acabamos de derrubar o veto, uma vitória histórica e que foi iniciada na Bahia, através do senador Ângelo Coronel e por todos os prefeitos e prefeitas que acreditaram nesse movimento e proporcionou a UPB lutar incansavelmente para que essa vitória agora acontecesse. Essa medida vai beneficiar 90% dos municípios baianos, isso permitirá o equilíbrio fiscal para os municípios e claro uma tranquilidade para os prefeitos e prefeitas", comemorou o presidente da UPB, prefeito Quinho de Belo Campo.

JS.POLÍTICA



Entenda a situação

Os municípios pagam uma das contribuições previdenciárias mais altas aplicadas a empregadores no Brasil – fixada em 22,5% sobre a folha, sendo que não visam lucro e prestam serviços à sociedade. A UPB alerta que esse percentual elevado da alíquota atual estimula o endividamento e limita a capacidade financeira dos municípios, impedindo investimentos em infraestrutura, saúde e educação. O PL334/2023, inclui as prefeituras na concessão da desoneração, propondo reduzir para 8% a alíquota paga pelos municípios de até 142.632 mil habitantes, o que significa um alívio para 403 dos 417 municípios baianos.

Outro impacto dessa carga tributária é o aumento do gasto com o índice de pessoal para manter a qualidade dos serviços públicos ofertados. Há duas décadas, os municípios gastavam em torno de 40% ou menos de comprometimento da receita com a folha, esse percentual hoje passa dos 60%. Um estudo realizado pela UPB mostra que as prefeituras conseguem arcar atualmente, em média, com 7,5% de alíquota. O restante é acumulado em uma dívida impagável.







(77) 98858-1020



Prefeitura de belo Campo cancela a IV Exposição Agropecuária e os festejos em comemoração aos 62 anos de emancipação política do município

ASCOM - PMBC
https://www.belocampo.ba.gov.br/

evido ao longo período de estiagem que assola o município, com prejuízos na produção agropecuária que impactam toda a região Sudoeste, a Prefeitura Municipal de Belo Campo compreende que todos os esforços e recursos, neste momento, devem ser empregados em ações a fim de mitigar os efeitos da seca, na construção de políticas públicas emergenciais e de longo prazo.

Sendo assim, a gestão municipal vem através desta nota comunicar o CANCELAMENTO das festividades em comemoração ao 62º Aniversário de Emancipação Política, bem como a 4º Exposição Agropecuária e Comercial de Belo Campo, agendadas para ocorrer de 21 a 25 de fevereiro de 2024. Ficam mantidas apenas as programações esportivas.

Considerando os graves efeitos da seca, enquanto fenómeno natural que altera a dinâmica da população rural no Brasil, a Prefeitura de Belo Campo tem se dedicado na construção das políticas de convivência com o clima e suas adversidades. Além de apoiar o setor agropecuária do município, com ações que visam a fixação do homem no campo, com dignidade, evitando o êxodo para os centros urbanos.

Diante da situação de emergência, a gestão municipal tem buscado incansavelmente articular com o Governo do Estado e Governo Federal os recursos necessários para ações de distribuição de água potável para consumo humano, cestas básicas, distribuição de água e ração para alimentação animal.

A Prefeitura de Beta Campo reitera que está solidária e ao lado dos moradores da zona rural do município, colocando toda sua estrutura à disposição da população que sofre com a seca e aberta a receber as demandas para o enfrentamento das graves consequências da falta de chuvas na região.

